

Nº Informação interna: 995

Data: 11/01/2022

Assunto: Regulamento Estrutura Municipal de Voluntariado - Consulta pública

Exma. Sra. Vereadora, Dra. Sameiro Araújo:

Em reunião ordinária do executivo municipal de 2020/09/07, foi deliberado aprovar o início de procedimento relativo à criação do (novo) Regulamento da Estrutura Municipal de Voluntariado, cuja publicidade foi efetuada pelo aviso 9/2020 no site institucional do Município.

Na referida fase (início de procedimento) não se constituíram quaisquer interessados.

Assim, concluída agora a redação final do texto, cumpre, agora, uma vez que a natureza da matéria assim o justifica, submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na 2.ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Sugerimos, assim, que se submeta o Projeto de Regulamento à próxima Reunião do Executivo Municipal, para aprovação da abertura do período de consulta pública.

À consideração superior,

A Jurista,

Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso,

Sr. Diretor Municipal de Gestão



Sra. Vereadora, com a área de responsabilidade do Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021, Dr.^a Sameiro Araújo,

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio

A -> dentro.

22.01.19

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO – BRAGA VOLUNTÁRIA

NOTA JUSTIFICATIVA

A promoção de uma cultura de coesão comunitária capaz de contribuir para uma maior qualidade de vida, que reforce os valores da participação de todos os cidadãos nos mais diversos domínios de atividade, baseada nos valores da solidariedade e proximidade, reforçam a pertinência do voluntariado como impulso no desenvolvimento harmonioso da sociedade.

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das competências e atribuições que detém, designa a Estrutura Municipal de Voluntariado – BRAGA VOLUNTÁRIA, enquanto agente dinamizador da prática de voluntariado, criando as condições que permitam promover e apoiar o voluntariado.

Na promoção e organização do voluntariado, a BRAGA VOLUNTÁRIA usufruindo do conhecimento das características da comunidade, assume um papel relevante que se traduz numa maior eficiência na utilização dos recursos e na dinamização das vontades locais.

Os benefícios deste projeto facilmente se atestam, e dos quais se destacam, designadamente: a oportunidade dos cidadãos participarem ativamente na comunidade; a envolvimento e criação de sinergias entre os agentes e atores locais; a diminuição das desigualdades sociais e a procura efetiva de uma sociedade mais justa; o contributo para o bem-estar físico, social, emocional e psicológico da população bracarense; a aquisição e desenvolvimento de competências informais e não formais; o reforço do sentimento de pertença e segurança; o empoderamento de grupos vulneráveis; o aumento da realização pessoal e autoestima dos cidadãos; a melhoria da capacidade de comunicação e das relações interpessoais, e a resposta conjunta aos desafios da comunidade.

Nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a nota justificativa da proposta de regulamento deve ser acompanhada por uma ponderação de custos e benefícios das medidas projetadas. Dando cumprimento a esta exigência, refira-se que os custos inerentes à execução das medidas previstas neste regulamento são claramente superados pelos benefícios que proporcionam à população, motivo pelo qual se deve considerar como proveitoso, para este Município, a sua aprovação e concretização. Na verdade, por ponderação dos custos e benefícios, a BRAGA VOLUNTÁRIA comporta elevados benefícios que sempre se superiorizarão ao investimento assumido pelo Município neste âmbito.

É parte da visão do Município de Braga ser reconhecido pelo trabalho de excelência desenvolvido no âmbito do voluntariado, passando da teoria à prática no terreno, dando o exemplo e servindo de inspiração para as demais entidades.

Neste sentido, considerou-se necessária a elaboração de um regulamento que visasse a orientação da intervenção da Estrutura, tendo em conta o respeito pela legislação em vigor na área do voluntariado, designadamente a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro e o Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro, ambos na sua redação atual.

(O projeto deste Regulamento foi submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), através de publicação no Diário da República, pelo Aviso n.º ____ de (data), e na Internet, no sítio institucional do Município, tendo sido rececionados os contributos de (...). Assim sendo, considerando que de acordo com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, a Assembleia Municipal de Braga, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do preceituado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o seguinte Regulamento)¹

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito

1. A Estrutura Municipal de Voluntariado de Braga, adiante designada por BRAGA VOLUNTÁRIA, tem como entidade promotora a Câmara Municipal de Braga, sendo objeto do presente regulamento a definição das responsabilidades assumidas pelas partes envolvidas no processo de voluntariado.

2. A BRAGA VOLUNTÁRIA é uma estrutura de proximidade, de âmbito concelhio, de promoção e desenvolvimento do voluntariado, em cooperação com as organizações promotoras de ações de voluntariado e que interage com os diferentes atores e agentes locais, disponibilizando informação, formação e apoios diversos às organizações e voluntários.

¹ A inserir apenas na versão final do regulamento

Artigo 2.º

Objetivos

Constituem-se como objetivos da BRAGA VOLUNTÁRIA os seguintes:

- a) Criar um modelo de funcionamento que promove e operacionaliza programas de voluntariado de impacto no Município de Braga;
- b) Promover a divulgação dos projetos de voluntariado através de informação direta ao público em geral ou de outros canais de comunicação por si usados, que considere adequados;
- c) Capacitar os agentes de voluntariado com os recursos e ferramentas necessárias para um voluntariado de impacto na comunidade;
- d) Envolver os agentes de voluntariado nos processos de tomada de decisão e incluir as suas propostas e contributos na dinamização do voluntariado;
- e) Valorizar, promover e incentivar a prática do voluntariado, bem como dar a conhecer as boas práticas estabelecidas;
- f) Assegurar o atendimento ao público em geral, voluntários e organizações promotoras de voluntariado com base na criação de uma relação de confiança, reciprocidade e proximidade;
- g) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento do voluntariado.

Artigo 3.º

Entidade Promotora

A entidade promotora da Estrutura Municipal de Voluntariado – BRAGA VOLUNTÁRIA é a Câmara Municipal de Braga, sita na Praça do Município, 4700-475 Braga.

Capítulo II

Voluntariado

Artigo 4.º

Definição de voluntariado e de voluntário

1. Voluntariado é um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao

serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

2. O voluntário é um indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.

3. A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes na lei.

Artigo 5.º

Princípios enquadramentos de voluntariado

O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

Capítulo III

Organização e Funcionamento

Artigo 6.º

Programa de Voluntariado da Câmara Municipal de Braga

1. A Câmara Municipal de Braga, enquanto entidade promotora da BRAGA VOLUNTÁRIA, assume-se também como entidade promotora de programas de voluntariado nas suas diversas estruturas orgânicas, e que aceita e encoraja o envolvimento de voluntários em programas e atividades específicos, por si concebidos.

2. A Câmara Municipal de Braga aceita o serviço de todos os voluntários sob condição de que tal serviço é da sua exclusiva responsabilidade, enquanto entidade promotora de voluntariado. A Câmara Municipal de Braga pode a qualquer momento, por qualquer motivo, decidir terminar a relação de natureza voluntária com os voluntários ou efetuar alterações na sua missão de voluntariado.

3. A BRAGA VOLUNTÁRIA centraliza o apoio à gestão dos programas de voluntariado e à coordenação dos voluntários, sustenta a responsabilidade principal do recrutamento de voluntários adequados e acompanha e avalia a sua contribuição para os programas municipais.

4. Toda a estrutura municipal é encorajada a ajudar na criação e implementação de projetos de voluntariado e no recrutamento de voluntários da comunidade.
5. O programa de voluntariado da Câmara Municipal de Braga segue uma política própria, expressa em manual de gestão de voluntariado, de âmbito interno.
6. Um voluntário da BRAGA VOLUNTÁRIA é qualquer pessoa que realiza uma ou várias tarefas enquadradas num programa de voluntariado. O voluntário deve estar inscrito e ser aceite oficialmente antes do desempenho das suas tarefas.
7. Anualmente será deliberada pela Câmara Municipal uma verba que visa a integração de voluntários em cada projeto de voluntariado a realizar.

Artigo 7.º

Destinatários

1. Voluntários:

- a) Pode inscrever-se na BRAGA VOLUNTÁRIA qualquer residente ou pessoa que exerça uma atividade profissional ou educativa no Município de Braga e que manifeste particular motivação e interesse por desenvolver ações de voluntariado.
- b) Quando menor de 18 anos, o encarregado de educação do voluntário deve autorizar, por escrito, a participação na atividade, devendo também constar da declaração o respetivo programa de voluntariado.

2. Organizações:

- a) Podem ser parceiras da BRAGA VOLUNTÁRIA todas as organizações sediadas no Município de Braga e todas as que tenham atuação ou desenvolvam atividade no Município, que enquanto entidades de direito público ou privado reúnam condições para integrar voluntários.

3. Entidades Privadas:

- a) Podem ainda usufruir de apoio e formação da BRAGA VOLUNTÁRIA todas as empresas legalmente constituídas, sediadas no Município de Braga e todas as que tenham atuação ou desenvolvam atividade no Município, que pretendam, conscientemente, criar uma estratégia de responsabilidade social integrada, elaborando ações, apoios ou incentivos que visem envolver os colaboradores no âmbito de atividades de voluntariado junto da comunidade.

Artigo 8.º

Inscrições

1. Em caso de interesse na participação nos programas de voluntariado, os destinatários mencionados no artigo anterior, devem aceder ao sítio da Internet, www.cm-braga.pt ou dirigir-se ao Balcão Único do Município de Braga e preencher a respetiva ficha de inscrição.
2. A BRAGA VOLUNTÁRIA encontra-se disponível para receber e reunir com as organizações promotoras de voluntariado e as entidades privadas, no sentido de criar mecanismos de colaboração que vão ao encontro das necessidades e expectativas das partes envolvidas.

Artigo 9.º

Análise das candidaturas e entrevista

1. Após receção das candidaturas, as mesmas serão analisadas pela BRAGA VOLUNTÁRIA e o candidato será convocado para uma entrevista que servirá como momento de avaliação inicial.
2. A ficha de inscrição do voluntário candidato, os seus dados e a avaliação decorrente da entrevista ficam registados e guardados numa base de dados existente para o efeito.
3. Todos os voluntários que cumpram os requisitos iniciais de inscrição são integrados na bolsa de voluntariado, à qual se recorre quando necessário.

Artigo 10.º

Casos Específicos

1. Sempre que a natureza da ação assim o justifique, podem ser solicitados aos voluntários outros elementos, designadamente:
 - a) Certificado de registo criminal;
 - b) Certificado de aptidão física, nos casos em que se exijam requisitos físicos necessários ao desempenho da tarefa, atestando que o voluntário pode realizar a ação;
 - c) Declaração médica, a qualquer potencial voluntário que indique estar sob cuidado de um médico para tratamento físico ou psicológico, atestando a sua aptidão para desempenhar satisfatoriamente e, de forma segura, os seus deveres de voluntário.
2. A falta de entrega dos elementos solicitados, impedirá o voluntário de participar no programa de voluntariado.

Artigo 11.º

Seleção e encaminhamento

1. Quando necessário, a BRAGA VOLUNTÁRIA, com base nos elementos de que dispõe, procederá à seleção dos voluntários que considere mais adequados aos perfis de função disponíveis no momento, definidos para as atividades de voluntariado promovidas, podendo o voluntário, com a sua concordância, integrar programas de voluntariado da Câmara Municipal de Braga ou de outras organizações.
2. A seleção do voluntário é efetuada pela BRAGA VOLUNTÁRIA, com o apoio e concordância do serviço municipal ou organização responsável pela atividade de voluntariado.
3. A BRAGA VOLUNTÁRIA procederá ao encaminhamento dos voluntários selecionados para o projeto de voluntariado que melhor corresponda às competências e preferências evidenciadas pelo candidato.

Artigo 12.º

Notificação de admissão e declaração de compromisso

1. A atividade voluntária deve ser iniciada com uma notificação emitida pela BRAGA VOLUNTÁRIA, de admissão do voluntário para uma posição.
2. No momento da aceitação, será entregue ao voluntário documento contendo a descrição das suas funções, devendo a sua aceitação ser formalizada por escrito, a fim de iniciar as atividades de voluntariado.

Artigo 13.º

Acompanhamento e avaliação

1. Com a periodicidade a acordar entre a BRAGA VOLUNTÁRIA e a organização promotora de voluntariado ou entre a BRAGA VOLUNTÁRIA e serviço municipal com programa de voluntariado, deverá ser feita uma avaliação geral de satisfação das atividades de voluntariado e trabalho desenvolvido.
2. A organização promotora de voluntariado reserva-se o direito de não aceitar o voluntário encaminhado pela BRAGA VOLUNTÁRIA, sempre que considere que o mesmo não se adequa ao projeto a desenvolver, devendo dar conta desta decisão à BRAGA VOLUNTÁRIA.

Artigo 14.º

Sensibilização das partes

1. Em momento anterior ao início da atividade voluntária, a BRAGA VOLUNTÁRIA deverá promover uma reunião entre as partes (voluntário e organização promotora de voluntariado) com o objetivo de sensibilizar ambos para as questões mais relevantes, apresentando designadamente:

- a) O programa de voluntariado;
- b) Plano de formação e capacitação;
- c) Seguro obrigatório;
- d) Certificação do trabalho voluntário.

Artigo 15.º

Suspensão, cessação e dispensa do trabalho voluntário

- 1. O voluntário que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário deve informar a organização promotora ou a BRAGA VOLUNTÁRIA, com a maior antecedência que lhe seja possível.
- 2. A organização promotora ou a BRAGA VOLUNTÁRIA pode determinar a suspensão ou cessação da colaboração do voluntário no caso de incumprimento e/ou desadequação das tarefas efetuadas, da falta de assiduidade e pontualidade.
- 3. Após 3 faltas injustificadas, a BRAGA VOLUNTÁRIA reserva-se ao direito de suspender ou dispensar o voluntário, devendo para esse efeito, efetuar um aviso prévio.

Capítulo VI

Direitos e Deveres

Artigo 16.º

Competências da BRAGA VOLUNTÁRIA

- 1. À BRAGA VOLUNTÁRIA compete:
 - a) promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado;
 - b) conceber, implementar e divulgar projetos de voluntariado;
 - c) sensibilizar a comunidade, envolvendo os diferentes agentes locais e disponibilizar informações sobre voluntariado;
 - d) receber as inscrições de pessoas interessadas e realizar entrevistas de avaliação;

- e) encaminhar, quando possível, os voluntários para as ações de voluntariado mais adequadas ao seu perfil;
- f) acompanhar a integração dos voluntários nos programas de voluntariado;
- g) prestar o apoio necessário às organizações promotoras na elaboração de projetos de voluntariado;
- h) implementar programas de capacitação e formação;
- i) disponibilizar às organizações modelos-base das fichas de assiduidade e pontualidade, de avaliação do voluntário, bem como todos os documentos e registos que se venham a considerar pertinentes de serem implementados;
- j) avaliar os resultados e o impacto das atividades de voluntariado desenvolvidas;
- k) recolher e compilar informação estatística sobre a caracterização do voluntariado na cidade;
- l) assegurar a proteção de dados pessoais e informações fornecidos à BRAGA VOLUNTÁRIA.

Artigo 17.º

Deveres das entidades promotoras de voluntariado

1. A Câmara Municipal de Braga e as organizações promotoras de voluntariado, devem:
 - a) nomear um responsável do serviço ou organização que acompanhe os voluntários durante o período de voluntariado;
 - b) facilitar a integração e participação de todos os voluntários;
 - c) elaborar e estabelecer com o voluntário um programa de voluntariado, subscrito pelas partes, que defina a natureza, duração e periodicidade da atividade voluntária a desenvolver;
 - d) emitir o cartão de identificação do voluntário;
 - e) garantir formação geral e específica sobre a missão e valores da organização e o programa de voluntariado, bem como sobre as funções a desempenhar;
 - f) assegurar os encargos com a apólice do seguro obrigatório para os voluntários nos termos da alínea g) do art.º 9º da Lei 71/98, de 3 de novembro conjugado com o art.º 16º do Decreto-Lei 389/99, de 30 de setembro;
 - g) proceder à certificação do trabalho voluntário aquando da cessação da atividade ou quando solicitado pelo interessado;
 - h) cumprir os demais deveres legalmente previstos;

Artigo 18.º

Direitos dos voluntários

1. Constituem direitos dos voluntários:

- a) o acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
- b) dispôr de um cartão de identificação de voluntário;
- c) exercer o seu trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;
- d) estabelecer com a entidade que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;
- e) ser ouvido na preparação das decisões da organização promotora que afetem o desenvolvimento do trabalho voluntário;
- f) ser reconhecido pelo trabalho voluntário que desenvolve com acreditação e certificação;
- g) gozar dos demais direitos legalmente previstos.

Artigo 19.º

Deveres dos voluntários

1. Constituem deveres dos voluntários:

- a) respeitar a vida privada dos beneficiários das ações de voluntariado e a dignidade da pessoa, guardando sigilo sobre todos assuntos que tomem conhecimento no exercício do voluntariado;
- b) conhecer e respeitar o funcionamento da organização, bem como as normas dos respetivos programas e projetos;
- c) atuar de forma comprometida, responsável e solidária;
- d) participar nos programas de formação para um melhor desenvolvimento do seu trabalho voluntário;
- e) respeitar a dignidade e liberdade dos outros voluntários, reconhecendo-os como pares e valorizando o seu trabalho;
- f) colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;
- g) informar os respetivos responsáveis de questões imprevistas que ocorram durante as ações de voluntariado, aguardando pelas orientações dos mesmos;
- h) zelar pela boa utilização dos bens e meios postos ao seu dispor;
- i) utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua atividade;

- j) não assumir o papel de representante da organização promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta;
- k) garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a entidade promotora;
- l) informar a entidade promotora com a maior antecedência possível sempre que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário, bem como proceder à justificação de possíveis faltas.

Artigo 20.º

Reconhecimento do voluntariado e dos voluntários

Com vista à valorização do trabalho voluntário e de todas as atividades de voluntariado, será promovida a Comemoração do Dia da Gratidão, do Dia Internacional do Gestor de Voluntariado e do Dia do Voluntariado e dos Voluntários, onde se destacará o mérito de voluntários, organizações parceiras, e o tecido empresarial do Município envolvido em iniciativas de voluntariado e responsabilidade social.

Capítulo IV

Disposições Finais

Artigo 21.º

Alterações ao regulamento

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas necessárias.

Artigo 22.º

Interpretação e integração de lacunas

As lacunas e as dúvidas que se suscitarem na interpretação das disposições do presente Regulamento serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competência delegada na matéria.

Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

Aprovado em reunião de Executivo Municipal de _____	Aprovado em sessão da Assembleia Municipal de _____
Publicado em Diário da República a _____	